

GIL HERNÁNDEZ, António. *Temas de linguística política. Seguidos dum avanço de Temas de política linguística. Leves reflexões sobre política nacional “española”*. Santiago de Compostela: Associação de Amizade Galiza-Portugal, 2006.

Álvaro J. Vidal Bouzon
Universidade de Nottingham, Reino Unido

António Gil Hernández é um mestre. No sentido que George Steiner tem elogiado e de cuja função societária tem, acaso, nos seus textos, levantado formosíssima ata de defunção. Mas António Gil Hernández é, antes de mais e sobretudo, um pensador de primeira linha sobre as condições sociolinguísticas e glotopolíticas em que a Comunidade lusofónica da Galiza vive. Ou sobrevive. Ou *resiste*, até. Sobreviver a quê?, resistir contra quem? são, aliás, perguntas para cuja resposta os textos de Gil Hernández se têm configurado como inestimável e

imprescindível ferramenta crítica. Até ao ponto de não poucos dos argumentos e conceitos por ele (re)elaborados ao longo das últimas três décadas serem tão rastejáveis quanto a sua origem indecentemente silenciada na produção daqueles que militam em posições teóricas e políticas contrárias. Porque a esclarecida dimensão política (em sentido estritamente filosófico e, pois, não isento de uma certa carga aporética) do seu tratamento do cultural, linguístico e literário é o que tem colocado a obra de António Gil na posição de centralidade que lhe corresponde no panorama

intelectual da *Galiza*.¹ Posição, aliás, contra todas as (re)pressões por parte de uma *oficialidade galego-espanhola* cujos pressupostos programáticos, princípios ideológicos e práticas discriminatórias têm sido objeto do afiado olhar de Gil Hernández, por exemplo, no seu livro *Silêncio ergueito* (Sada: do Castro, 1986), do qual este que nos ocupa é continuador e aprofundador.² Um olhar, claro, assente num respeito profundo pela comunidade de língua, de toda a língua. Um olhar, assim, articulado sobre o paciente labor de restauração do sentido próprio das palavras, das expressões, dos textos; resgatando-os, desta forma, das deslocções semânticas e pragmáticas a que têm sido submetidos no território dialético e retórico do combate político. Um olhar, por fim, do qual faz parte essencial o trabalho que António Gil tem despregado nas organizações sociais de caráter

cultural lusófono dentre as que merece agora destacar-se aquela que publica o presente volume, a Associação de Amizade Galiza-Portugal.

No “Prologuinho petiscante” com que o livro se inicia (e que constitui, assim mesmo, uma magnífica introdução à linguística social) Gil Hernández se põe a tarefa de “*Pensar a Lusofonia*”. Quer dizer, de delinear a sua definição conceptual e de apontar à sua realização universalizante. Porque será este potencial universalizador, e humanista, que equipara as comunidades lusofónicas com as doutras línguas, o que alente a sua análise. *Potencial*, porque Gil Hernández sabe da persistente tendência no seio da Lusofonia a efetivar umas práticas que incidem mais nos traços diferenciais do que no por ele qualificado de “discurso da/de unidade”; ao contrário do dominante na Anglofonia, na Fracofonia ou na Hispanofonia.

¹ Assim, em português; e não, em espanhol, *Galicia*: o livro que resenhamos indica as fragmentações glóssicas da população dessa Comunidade Autónoma do Reino de Espanha e fará uso marcadamente diferencial de ambos os “seus” nomes na consciência de que tudo, em termos identitários, se joga, *primeiro*, na perentória escolha de um deles e de que ambos encarnam, até certo ponto, os agónicos extremos do conflito do qual este livro a um tempo dá conta e participa.

² Em relação à fundante consideração desigual da comunidade lusófona da Galiza, e dos direitos dos lusófonos galegos, se comparada com a hispanófona, e os direitos dos hispanófonos galegos ou não, por parte do quadro legal espanhol pode ler-se especialmente o “Capítulo hesitante: os Direitos Humanos [desde a Galiza]” de *Temas de linguística política*.

Neste sentido, a Lusofonia acolheria uma certa pulsão fracturante na que o conflito linguístico em que a comunidade lusofónica da Galiza se acha encontraria espelho perfeito. Pulsão, aliás, segundo o autor indica, claramente suicida e contra a qual seria instrumento privilegiado a promoção do espírito que coalhou no *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* de 1990,³ reconhecedor da variedade sob a cobertura da unidade da língua e não vice-versa. Espírito, aliás, do que foram partícipes diferentes vultos intelectuais lusófonos como Celso Cunha, Antônio Houaiss, Agostinho da Silva ou Manuel Rodrigues Lapa; todos eles cômicos do caráter lusofónico das comunidades de fala galega inclusas no Reino de Espanha (no livro podemos achar alusões ou referências explícitas a muitos desses autores assim como um esclarecedor estudo das ideias de Rodrigues Lapa sobre a recuperação literária do português da Galiza).

É, pois, a fundamentação e reivindicação da condição luso-fónica da Galiza e o pensar as condições da sua pervivência o foco deste texto. Na perspectiva, sempre, da solida-

riedade transnacional que ela requer. E a isso procede trás estabelecer uma inicial cartografia ou sistematização das diferentes circunstâncias e diversas posições (nomeadamente glotopolíticas e relativamente ao seu papel no mundo lusófono) em que os por António Gil denominados “sete+um+um” (Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor-Lorosae e Galiza) se acham. São interessantes, neste ponto, a sistematização de semelhanças e diferenças entre as diferentes regiões estabelecida por Gil Hernández e “o papel dirigente” da Lusofonia, como “*primus inter pares*”, atribuído ao Brasil.

Como é evidente não são estes *Temas de linguística política* uma exposição restritamente filológica cujo intuito seria, mais uma vez, demonstrar que as falas galegas são *ainda*⁴ parte do diassistema linguístico internacionalmente conhecido pelo nome de *português*. Que o “galego” é “português” é posição teórica tradicional da linguística em geral e da romanística em particular. É aqui onde a qualificação como *política* da *linguística*

³ Em cuja elaboração como parte da delegação da Galiza ele próprio tinha participado e que usa desde então na redação dos seus escritos.

⁴ Apesar do grau de deturpação em que se acham por estarem em maior ou menor medida reprimidas no longo processo em curso de imposição, socialização e normalização da língua espanhola na Galiza.

do título cobra todo o seu sentido. Pois de uma específica intervenção política há que dar conta para explicar a inovadora posição segundo a qual aquelas falas deixaram *já* de ser portugueses e passaram a se constituir numa “nova língua”: “o galego”. E essa intervenção política é a que efetiva o projeto de construção (e unificação) nacional espanhola *contra* os (possíveis) projetos de construção nacional da Galiza (entre outros). Repare-se na desigual distribuição do número dos termos: “o projeto” *vs.* “os (possíveis) projetos”. Porque não é a de Gil Hernández uma redutora oposição binária: o realmente trágico da situação que descreve é que a parte mais politicamente visível do nacionalismo galego após a formal restauração democrática no Reino de Espanha em 1978 tem assumido em boa medida as noções ideológicas que reduzem a língua (*inter*)nacional dos galegos (o português) a uma “língua própria” encerrada dentro de Espanha, assumindo umas regras de correção idiomática (padronização e normação) decalcadas e subsidiárias das do espanhol. A

cifra que exprime de modo imediato para todos os utentes da língua (incluídos os doutras regiões da Lusofonia) os efeitos desta situação é a imposição da ortografia espanhola para a escrita do português da Galiza, o que, como assinala Gil Hernández, de fato o amputa simbolicamente e materialmente da área de comunicação lusófona para o incluir, com funções diminuídas, na hispanófona. Ou, por outros termos, faz possível a entrada na Lusofonia dos produtos culturais “em galego” só sob a condição de tradução e vice-versa. Esta situação tem objetivamente contribuído para acelerar o que António Gil qualifica como “processo de substituição linguística do português galego pelo espanhol”. Portanto, para travar (e inverter, mesmo) tal processo haverá, primeiro e como *conditio sine qua non*, de ser restaurado o correto (“natural”, inclusive, segundo o autor) critério de correção (ou, mais tecnicamente, nos seus termos, “correlacionamento diglössico”) interior à comunidade linguística a que as falas galegas pertencem.⁵

⁵ É o que se explora nos intitulados “Capítulo fundamental: conceito de diglossia” e “Capítulo fiducial: propostas diglössicas de futuro possível”. Aliás, estes capítulos vêm completar a essencial intervenção teórica de Gil Hernández, desde fins dos oitenta do século passado, na delimitação deste conceito formulado inicialmente por Charles A. Ferguson e da sua manipulação e/ou pertinência para a categorização do conflito linguístico na Galiza espanhola. O próprio livro,

Contudo, o realmente crucial, do ponto de vista político, na articulação teórica de *Temas de linguística política*, a questão que percorre todo o livro, é a conceptualização crítica da função dos *agentes* cuja subjetividade se configura (em *feed-back*) na conflituosa situação glotopolítica da Galiza. Aqueles aos que António Gil refere quer com o termo abstrato de “notabilidade” quer com o mais concreto de “os notáveis” (para depois estabelecer uma série de subcategorias dependentes da lealdade nacional dos mesmos). Termos, ambos, que aludem a algo mais que a umas elites, ou que ao gramsciano intelectual orgânico e que nos conetam de imediato com o início mesmo da Modernidade pois coalham em redor dos processos revolucionários (divisores) de 1789 e da construção correlativa da categoria de “povo”. Assim, ao ver de Gil Hernández, haveria de dar-se, em toda a sociedade “normal” (e o livro avança uma definição de em que consiste a “normalidade” de uma sociedade moderna), uma relação dialética

entre esses dois pólos societários de modo aos notáveis serem, de fato, por sua expressão, “cabeça de povo” e, o povo, efetivamente, “povo cabeçado”. O caráter defeituoso da seção dominante de uma possível notabilidade galega fica, a seguir, imediatamente descrito e explicado. Incapaz de *notar* o povo galego quanto galego⁶ e, em reciprocidade, *ser por ele notado*: a submissão daqueles que com maior visibilidade aspiram a ser notáveis da Galiza aos programas ideológico-nacionais desenhados e implementados pela notabilidade espanhola (que parece por vezes devir modelo *a contrario*) é posta em evidência com profusão de exemplos (práticos quanto textuais). E a significativa função da notabilidade lusófona dos outros territórios de língua portuguesa na ajuda da ameaçada lusofonia da Galiza é, assim mesmo, conflituosamente caracterizada. Por fim, o fundamental papel jogado historicamente pela notabilidade na constituição do imaginário nacional através do instrumento linguístico e, até, correlativamente, no estabe-

no “avanço de *Temas de política linguística*” com que conclui, anuncia uma dedicação com maior pormenor ainda em volume certamente complementar deste e de futura publicação.

⁶ Lusófono, pois: a centralidade da língua na definição da nação galega é inquestionada pelo galeguismo histórico e o nacionalismo galego politicamente organizado.

lecimento das normas mesmas de correção idiomática, é perspetivado num bloco de capítulos dedicados ao estudo social do fato literário⁷ que constituem, assim mesmo, uma magnífica introdução à teoria da literatura e que são usados como conjunto de *exempla* e fundamentação programática para a ainda incipiente notabilidade da Galiza. A este respeito, resultam de especial interesse, sobretudo para a Lusofonia europeia, os estudos sobre Eça de Queirós, Fernando Pessoa e o poeta galego Manuel Maria.

Apesar da explícita preocupação com a *dimensão utópica* do projeto de socialização (na sociolinguística galega dito de “normalização”) do português da Galiza que surge em várias ocasiões no livro (de modo mais concentrado no “Capítulo chointe ou

abrideiro: singelamente lírico”), o discurso de Gil Hernández está fortemente enraizado numas coordenadas em que predomina a paciente desconstrução da forma política da modernidade por excelência (o Estado-Nação), enfrentando-se, olhos bem abertos, aos seus modos de conformação do social e questionando o que cada um dos termos da categoria com que conhecemos aquela forma política (“Estado” e “Nação”) *faz ao* outro e *incorpora ao* ou *tira do* “novo” termo. E é aí, muito precisamente, onde a questão essencial reverbera: porque e como se tem tornado a Nação, sob a sua constrição e/ou alargamento estatal, na forma privilegiada e politicamente determinante de “segurar” comunidade, *e comunidade sobretudo linguística*, na nossa era?

⁷ Assim em “Capítulo explorante: diglossia, normalidade, literariedade vanguardista”, “Capítulo estimulante: língua literária e identidade nacional”, “Capítulo caracterizador: língua literária ou nacional”, “Capítulo prometedora: concepções «literário-nacionais»” e “Addendum”.